

ORGANIZADORAS

Denise Terezinha Correa de Melo

Tatiana Monteiro Furtado de Mendonça

RESPONSABILIDADE CIVIL

Temas Contemporâneos

volume 2

AUTORES

Bruna Greggio

Carolina Valiati da Rosa

Cristiane Santos Leite

Denise Terezinha Correa de Melo

Emerson Luciano Prado Spak

Lúcio Rocha Denardin

Natalia Calegari Evangelista

Renata Estorilho Baganha

Renato Garcia

Samantha Barzotto Dalmina

Sandra Lustosa Franco

Tatiana Monteiro Furtado de Mendonça

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2025

Sumário

1 Incerteza Causal e Danos Decorrentes de Acidentes Nucleares: Análise de Decisões Judiciais Brasileiras nas Ações de Indenização por Danos à Saúde Surgidos ao Longo do Tempo, após Exposição ao Acidente com Césio-137, Ocorrido em Goiânia em 19871

Natalia Calegari Evangelista

Introdução.....	1
1.1 Aspectos básicos do nexo de causalidade	2
1.1.1 Aspectos filosóficos da causalidade	5
1.1.1.1 Teoria da regularidade de David Hume	5
1.1.1.2 Teoria da causalidade de Arthur Schopenhauer	6
1.1.1.3 Teoria da causalidade de Stuart Mill	6
1.1.1.4 Teoria INUS da causalidade de John Mackie	8
1.1.1.5 Teoria contrafactual de David Lewis	8
1.1.2 As doutrinas da causalidade no campo do Direito: a causalidade na responsabilidade civil	9
1.1.2.1 Causalidade factual versus “causalidade jurídica”	9
1.1.2.2 Principais critérios para estabelecer a causalidade jurídica: previsibilidade/adequação e fim da proteção da norma	11
1.1.2.3 Doutrinas para estabelecer causalidade factual: a doutrina da “conditio sine qua non”	11
1.1.2.3.1 Problemas de sobredeterminação relacionados à doutrina da “conditio sine qua non”	13

1.1.2.3.1.1 Concausalidade simultânea	14
1.1.2.3.1.2 Concausalidade sucessiva.....	14
1.1.2.3.2 Teste NESS como alternativa	15
1.1.2.4 Problemas de incerteza causal relacionados à doutrina da “conditio sine qua non”	17
1.1.2.4.1 Tentativas de resolver a incerteza causal no âmbito da doutrina tradicional da “conditio sine qua non”	19
1.1.2.4.1.1 Mecanismos de facilitação probatória	19
1.1.2.4.1.2 Inversão do ônus da prova	20
1.1.2.4.1.3 Presunções de fato.....	21
1.1.2.4.1.4 Redução do padrão probatório	23
1.1.2.5 A causalidade probabilística como alternativa à doutrina da “conditio sine qua non” para estabelecer causalidade factual: a responsabilidade proporcional.....	27
1.2 Apresentação dos casos concretos: alguns julgados do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, aplicando a teoria da redução do módulo da prova em ações indenizatórias por danos à saúde decorrentes da exposição ao célio-137	30
1.3 Análise dos casos apresentados – a incerteza causal e a aplicação da teoria da redução do módulo da prova.....	35
Conclusão.....	42
Referências	48
Anexos	52

2 Limites e Potencialidades do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero: Análise Crítica de Decisões sobre Responsabilidade Civil do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná..... 101

Renata Estorilho Baganha

Introdução.....	101
2.1 O protocolo para julgamento com perspectiva de gênero e a efetivação dos direitos humanos: limites e potencialidades	104
2.2 A (não) aplicação do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero: análise de decisões sobre responsabilidade civil do Tribunal de Justiça do Paraná	115
2.2.1 A baixa adesão ao protocolo para julgamento com perspectiva de gênero nos tribunais: pesquisa quantitativa de jurisprudência no Tribunal de Justiça do Paraná	116
2.2.2 A perspectiva de gênero em decisões sobre responsabilidade civil do Tribunal de Justiça do Paraná: o protagonismo de magistradas mulheres	120
Conclusão	128
Referências	131

3 Responsabilidade Civil do Agressor e do Estado nos Delitos de Violência Doméstica e Familiar. Violência Institucional. Valor Mínimo Indenizatório na Própria Sentença Penal Condenatória..... 135

Renato Garcia

Introdução.....	135
3.1 Aspectos históricos e legais de uma sociedade patriarcal	137
3.1.1 Patriarcado e violência: quando as relações privadas se tornam de interesse público	140
3.1.2 Princípios e regras legislativas da América do Sul e do Brasil...	144

3.2 Elementos da responsabilidade civil derivados dos delitos praticados no âmbito familiar – responsabilidade extracontratual	153
3.2.1 Conduta do agente violador da norma penal e civil	154
3.2.2 Dano ressarcível.....	158
3.2.3 Nexo de causalidade.....	171
3.2.4 Causas excludentes da responsabilidade penal do agressor	174
3.3 Estândares probatórios da responsabilidade decorrente de atos ilícitos nas relações familiares. Limitações. Violência institucional	177
3.3.1 Princípio da dignidade da pessoa humana x prova e violência institucional.....	177
3.4 Responsabilidade do Estado. Políticas públicas. Violência institucional	188
3.4.1 Responsabilidade do Estado pela inefetividade das políticas públicas	188
3.4.2 Responsabilidade civil do Estado pela violência institucional ...	190
Conclusão.....	198
Referências	200

4 Responsabilidade Civil do Estado: Reparação às Vítimas de Crimes Cometidos por Condenados em Regime “Semiaberto Harmonizado”, devido à Falta de Vagas no Sistema Prisional..... 211

Samantha Barzotto Dalmina

Introdução.....	211
4.1 Responsabilidade civil do Estado	214
4.1.1 Breves considerações sobre a responsabilidade civil.....	214

4.1.2 Panorama histórico e constitucional da responsabilidade civil do Estado	218
4.1.3 Responsabilidade civil do Estado por omissão sob o ponto de vista jurisprudencial.....	225
4.2 Análise jurídica da responsabilidade civil do Estado por má administração carcerária e ausência de vagas.....	232
4.2.1 Sistema progressivo de cumprimento de pena e o denominado “regime semiaberto harmonizado”	232
4.2.2 Segurança pública e princípio da proibição da proteção insuficiente	237
4.3 Análise da legislação e jurisprudência.....	244
Conclusão.....	251
Referências	252

5 A Valoração da Prova na Responsabilidade Civil do Profissional Médico no Brasil.....259

Sandra Lustosa Franco

Introdução.....	259
5.1 Breves considerações sobre a responsabilidade civil do profissional médico no Brasil.....	262
5.2 Ônus da prova e as regras sobre o ônus da prova nos processos de responsabilidade do profissional médico	267
5.3 Valoração da prova e o raciocínio probatório.....	270
5.3.1 Atividade probatória	276
5.3.1.1 Formação dos elementos do juízo	276
5.4 Elementos de prova nos processos de responsabilidade civil do profissional médico	283

5.4.1 Prova documental: prontuário médico e termo de consentimento informado	283
5.4.1.1 Protocolos e guias médicos	286
5.4.2 Prova oral – depoimento pessoal e prova testemunhal.....	292
5.4.2.1 Prova pericial: descrição do processo de designação dos peritos, laudos periciais e critérios para admissão e valoração	296
Conclusão.....	307
Referências	311
6 Perícias Médicas nas Ações Judiciais de Reparação de Danos Baseadas em Erro Médico.....	317
<i>Tatiana Monteiro Furtado de Mendonça</i>	
Introdução.....	317
6.1 Da responsabilidade civil do médico no direito brasileiro	319
6.2 Do nexo causal	326
6.2.1 Teoria adotada pelo direito brasileiro.....	327
6.2.2 Ônus da prova.....	330
6.3 A prova pericial à luz do Código de Processo Civil (CPC).....	332
6.4 As perícias médicas nos processos judiciais.....	341
6.5 Análise crítica do julgado de recurso especial nº 1.698.726/RJ...	345
Conclusão.....	350
Referências	353